



UC/FPCE\_2012

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Protocolo de Entrevista Forense do NICHD: Estudos de tradução e adaptação para a população portuguesa**

Rita Dias (e-mail: rita\_dias00@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Saúde (Área de sub –  
especialização: Psicologia Forense) sob a orientação da Professora  
Doutora Isabel Marques Alberto

## **Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD: Estudos de tradução e adaptação para a população portuguesa**

### Resumo

A preocupação dos profissionais em conduzir entrevistas adequadas com crianças e adolescentes em situações como as de abuso sexual têm motivado o estudo em torno das variáveis com maior influência sobre a capacidade das crianças para testemunharem sobre acontecimentos que viveram ou apenas observaram, bem como o desenvolvimento de vários protocolos de entrevista que procuram ser sensíveis às limitações e potencialidades evidenciadas pelas crianças em matéria de prestação de testemunho.

No presente estudo, que se insere num projeto mais amplo de tradução e adaptação da entrevista do protocolo do NICHHD, pretendeu-se avaliar a influência das Sentenças “ Diz-me, Fala-me, Conta-me” na questão central da solicitação da narrativa livre da entrevista a nível da quantidade de informação exata, erros e das confabulações, e analisar a influência da variável idade em cada uma das sentenças. A amostra incluiu 120 crianças e adolescentes dos 4 aos 16 anos, da população geral. Os resultados obtidos mostram que a sentença “Conta-me” se constitui como uma tradução válida para a expressão “*Tell me*”, podendo ser usada no questionamento de crianças/adolescentes sobre acontecimentos visualizados. Os adolescentes quando comparados com as crianças mais novas fornecem mais informação exata, menos erros mas maior número de confabulações sobre o acontecimento visualizado.

Palavras-chave: Entrevista forense, protocolo do NICHHD, criança, adolescente, “ Diz-me; Fala-me; Conta-me”.

## **NICHD forensic interview Protocol: studies of translation and adaptation to the Portuguese population**

### Abstract

The concern of professionals in conducting appropriate interviews with children and adolescents in situations of sexual abuse have motivated research around the variables with greater influence on the ability of children to testify about events that have lived or only observed, as well as the multi-protocol development interview seeking to be sensitive to the limitations and potential evidenced by the children in cover to provide testimony.

In this study, which forms part of a wider project of translation and adaptation of the NICHD interview Protocol was intended to evaluate the influence of sentences "Diz-me, Fala-me, Conta-me" on the central issue of the request of free narrative in the interview at the level of the amount of accurate information, errors and information that was not presented in the video, and analyze the influence of the variable age in each of the sentences. The sample is constituted by 120 children and adolescents between 4-16 years old, from the general population. The results prove that the sentence "Conta-me" is a valid translation for the expression "Tell me" and can be used in questioning of children and adolescents on events displayed. The adolescents when compared with younger children provide more accurate information, less errors but more information that was not present in the video.

**Key Words:** Forensic interview, NICHD protocol, children, adolescents, "Tell me".

## **Agradecimentos**

À professora Doutora Isabel Alberto pela disponibilidade e pelas orientações e ensinamentos transmitidos

Às minhas amigas e companheiras de trabalho Liliana e Marina sem a colaboração das quais este trabalho teria sido mais difícil de concretizar. Agradeço à sua enorme paciência para as minhas dúvidas e inseguranças ... obrigado pela vossa amizade

Ao Pedro pelas palavras de encorajamento que me fizeram sentir que seria capaz!

Aos meus pais pelo suporte que me têm dado ao longo destes anos, sem o apoio dos quais não teria sido possível construir este percurso académico

A todos quanto contribuíram para a recolha de dados, às crianças e adolescentes que participaram neste estudo, obrigado pela vossa colaboração

## Índice

I. Enquadramento Conceptual.....	1
1. Entrevista de crianças e adolescentes em contexto forense.....	2
2. A Entrevista Forense.....	4
3. Protocolo de entrevista forense do NICHHD.....	6
4. Características de desenvolvimento da Criança.....	8
4.1 A influência da idade.....	9
4.2 Memória.....	11
4.3 Sugestibilidade.....	12
5. Intervalo de tempo.....	14
II. Objetivos.....	14
6. Variáveis.....	14
6.1 Hipóteses de investigação.....	15
III. Metodologia.....	15
7. Amostra.....	15
8. Instrumentos.....	17
8.1 Questionário Sócio- demográfico.....	17
8.2 Vídeo “Slogan: Helping!”.....	18
8.3 Entrevista do Protocolo do NICHHD.....	18
9. Procedimentos.....	18
IV. Resultados.....	20
V. Discussão.....	27
VI. Conclusões.....	31
Bibliografia.....	33
Anexos.....	39

## Introdução

Nos últimos anos o aumento do número de casos de abuso sexual de crianças denunciados tem levado os investigadores e os profissionais da área da psicologia a centrarem-se na necessidade de melhorar as práticas investigativas utilizadas nestas situações.

Na década de 80 o testemunho de crianças em contexto judicial ganhou um novo destaque devido ao surgimento de casos mediáticos de abuso sexual de crianças (Poole & Lamb, 1998). Desde então, multiplicou-se o número de investigações sobre qual a melhor forma de se conduzir entrevistas com crianças e adolescentes, bem como investigações em torno da capacidade destas para testemunharem (Kask & Bull, 2009). Vários são os fatores que influenciam a capacidade das crianças para se afirmarem como testemunhas válidas, nomeadamente, a capacidade para distinguir a fantasia da realidade, a capacidade para se expressar de forma clara sem ambiguidades, a memória e a capacidade para recuperar informação bem como a vulnerabilidade à sugestão (Duarte & Arboleda, 2002). As investigações conduzidas nos últimos 25 anos mostram que as crianças conseguem recordar com precisão acontecimentos do seu passado (Lamb, Sternberg, & Esplin, 1998; Odegard, Cooper, Holliday, & Ceci, 2010; Poole & Lamb, 1998). A idade surge como boa preditora da capacidade das crianças para recordarem acontecimentos vividos, com a quantidade de detalhes sobre os acontecimentos a aumentar com a idade (Odegard et al., 2010). Contudo, outros fatores assumem importância, nomeadamente, a forma como a entrevista é conduzida, isto é, a capacidade do entrevistador para recolher informação e a predisposição da criança para revelar essa informação (Lamb, Orbach, Hershkowitz, Esplin, & Horowitz, 2007; Odegard et al., 2010).

Parece existir consenso entre os vários investigadores de que as entrevistas devem ser realizadas o mais cedo possível, por entrevistadores devidamente treinados, com capacidade para introduzir o mínimo de informação possível e estimular as crianças e adolescentes a fornecerem o máximo de informação que possuem, num estilo de entrevista assente na narrativa livre com a adoção de questões abertas. As questões coercivas e as de escolha múltipla devem ser eliminadas da entrevista sob pena de

comprometerem o seu relato (Lamb et al., 2007; Orbach, Hershkowitz, Lamb, Sternberg, Esplin, & Horowitz, 2000; Poole & Lamb, 1998). Estas descobertas conduziram à elaboração de vários protocolos de entrevista para crianças e adolescentes, nomeadamente, o protocolo de entrevista forense do NICHD (Lamb et al., 2008; 2011; Orbach, 2000). O protocolo de entrevista do NICHD para crianças e adolescentes (4- 16 anos) é um protocolo flexível que incorpora estratégias para aumentar a quantidade de informação recolhida e para diminuir a influência do entrevistador no processo de recolha de informação. Vários estudos têm revelado que o protocolo de entrevista forense do NICHD auxilia as vítimas entrevistadas a fornecer mais detalhes sobre o acontecimento em causa e a fornecer um testemunho credível (Cyr, 2011; Odegard et al., 2010; Orbach et al., 2000).

Tendo em conta o que salienta a literatura científica sobre a influência da idade sobre a capacidade de testemunho das crianças e adolescentes, e sobre as potencialidades do protocolo de entrevista forense do NICHD, e atendendo ao fato de o presente estudo se inserir num projecto mais amplo de tradução e adaptação deste protocolo de entrevista para a população portuguesa, pretendeu-se com este estudo avaliar a influência das sentenças “Diz-me, Fala-me e Conta-me” na questão central de solicitação da narrativa livre, a nível da quantidade de informação exata, dos erros, e das confabulações, bem como analisar a influência da variável idade em cada uma das sentenças.

## **I – Enquadramento conceptual**

### **1. Entrevista de Crianças e Adolescentes em contexto forense**

Nas últimas duas décadas a investigação em torno das aptidões das crianças para serem ouvidas sobre acontecimentos que viveram, tem estado na mira dos psicólogos e investigadores, sobretudo, nos casos de abuso sexual. Estas situações colocam aos profissionais um conjunto diverso de desafios, nomeadamente, os que se prendem com a necessidade de entrevistar crianças de tenra idade. A centralidade que o testemunho destas assume em contexto legal exige que o psicólogo forense esteja muito bem treinado e preparado para as entrevistar, detenha conhecimentos sobre a forma como conduzir entrevistas, domine aspectos ligados à problemática do abuso sexual e ao desenvolvimento infantil (limitações e capacidades das

crianças e adolescentes). Neste contexto, “a compreensão de como questionar uma criança é crucial se temos de proteger as crianças dos abusos e também proteger os adultos das falsas alegações” (Goodman, 1993, p.14).

No último século, os estudos conduzidos para avaliar a credibilidade das crianças enquanto testemunhas tem produzido grandes alterações na forma como estas são percebidas pelo sistema judicial e pela comunidade em geral. No século XIX, as crianças eram rotuladas como “as mais perigosas de todas as testemunhas” por cederem facilmente perante a pressão social (Baartman, 1992; Myers et al., 1999 *cit in* Howitt, 2006). Na atualidade, a ideia de que as crianças são capazes de fornecer evidências válidas e precisas quando são conduzidas entrevistas apropriadas têm ganho consenso entre os investigadores. Para muitos, a precisão do testemunho de uma criança ou adolescente depende largamente da forma como esta foi entrevistada (Lamb, 2008; Zajac, 2009)

As alegações de abuso sexual de crianças são as que suscitam regularmente a necessidade de entrevista das supostas vítimas. Das situações de abuso sexual não resultam, geralmente, evidências físicas e/ou biológicas, nem há testemunhas para além da vítima e do agressor, vendo-se a Justiça envolvida num “jogo de verdades e mentiras, de dissimulações e aparências de indícios e vestígios nem sempre fáceis de identificar ...” (Carmo, Alberto, & Guerra, 2006, p.43), pelo que é necessário centrar o processo de investigação na vítima e no seu depoimento (London, Bruck, Ceci, & Shuman, 2005; Magalhães & Ribeiro, 2007). Esta realidade ocorre, sobretudo, quando o abuso sexual é vivido no contexto familiar, pois, segundo Furniss (1991) a criança pode experienciar o abuso como uma síndrome do segredo dado que apenas ela e o abusador conhecem esse abuso. Para o autor, o segredo em torno de um abuso é mantido pela interação entre fatores externos, internos e características específicas da interação abusiva. A interação destes fatores explica a manutenção do silêncio da vítima e a experiência do abuso como um segredo entre ela e o abusador. Como fatores externos, Furniss (1991) destaca a ausência de evidências físicas e /ou biológicas decorrentes do abuso, a ausência de credibilidade no discurso da vítima e a constante descredibilização e ameaças feitas pelo agressor. As vítimas podem mentir sobre o abuso em consequência das ameaças do agressor ou pelas gratificações obtidas. O



silêncio em torno do abuso pode refletir o medo das consequências da revelação, para a vítima, abusador e família, bem como pelos sentimentos de culpa e de responsabilidade no ato abusivo. (Furniss, 1991)

A nível das dinâmicas internas, a mentira e a negação contribuem para a manutenção do segredo em torno do abuso sexual. O ato de negação do abuso pode ser explicado, como descreve Furniss (1991), como resultado do contexto em que o abuso ocorre, e que por norma, é marcado pelo silêncio, a introdução de rituais de início e finalização do abuso e a transformação do abusador, aos olhos da vítima, numa figura diferente da do cuidador que ela conhece (através da adoção de gestos e expressões não antes assumidos), o que permite a criação de uma realidade alternativa/dissociativa, que permite à criança negar o abuso.

É neste contexto de dúvida e incerteza que a entrevista forense se assume como recurso primordial para rentabilizar a evocação das vítimas, sem lhes provocar mais dano ou sem as sugestionar.

## **2. A entrevista Forense**

A entrevista forense, realizada em situações como as de abuso sexual, tem por objetivo obter o máximo de informação precisa e completa sobre um possível acontecimento. Caracteriza-se por ser orientada por uma abordagem de teste de hipóteses e não confirmação de hipóteses, num formato de conversa neutra entre entrevistador e a criança/adolescente onde é dado o mínimo de feedback possível para não influenciar o discurso da testemunha. Há um reduzido controlo do diálogo por parte do entrevistador, havendo maior espaço para a narrativa livre da criança. A entrevista forense centra-se na criança, sendo esta quem determina o vocabulário e conteúdo do diálogo (Poole & Lamb, 1998). As reações emocionais, por parte do entrevistador, tais como “ Eu sei que deve ser difícil para ti falar sobre isto, porque isto é muito mau” (Malloy & Quas, 1999, p.276) devem ser evitadas. Expressões como “imagina “ e “faz de conta” devem ser interditas neste tipo de entrevista. (Magalhães & Ribeiro, 2007)

Como refere Goodman (1993), as crianças reagem de forma diferente quando o assunto sobre o qual são questionadas é o contacto sexual. Desde os três/quatro anos que as crianças têm a noção que assuntos como a nudez e o contacto genital constituem tabus, pelo que podem sentir-se embaraçadas e

com receio de abordar o tema com uma pessoa que lhes é estranha. Os estudos têm mostrado que a melhor forma de iniciar a entrevista é através de narrativa livre, e que o relato das crianças e adolescentes é mais preciso quando estas respondem a questões abertas do que quando respondem a questões fechadas (Bruck, Ceci, & Hembrook, 2002; Ceci & Bruck, 1999). Durante a entrevista devem ser usadas questões que facilitem a narrativa da criança: “Diz-me mais sobre “ e “o que aconteceu depois?” (Faller, 2007,p.95). Faller (2007) indica que, quando o entrevistador usa questões abertas e a resposta da criança/adolescente não é esclarecedora, então pode optar por colocar questões mais fechadas. Esta abordagem foi designada de “abordagem de funil “ e tem sido aprovada por autores como Faller (2007) e Sternberg, Esplin, Orbach, e Hershkowitz (2002). As questões colocadas na entrevista devem partir das informações dadas previamente pela criança sem incorporar informação adicional (e.g. “Diz-me mais sobre isso...”) (Lamb, 2008,p.89).

A investigação na área identificou um conjunto de questões que colocam em causa a qualidade da informação recolhida, comprometendo todo o processo de investigação criminal. As questões que têm mostrado ser perniciosas para a recolha fidedigna de informação são: a) fechadas/diretas (e.g. “Em que sítio é que ele te magoou?”); b) de resposta forçada “Sim” ou “Não” e c) de escolha múltipla; d) que assumem factos (e.g. “o teu tio magoou-te, não foi?”); e) questões coercivas (e.g. “Diz-me o que o teu pai te fez e podes ir comer um gelado”); f) construções gramáticas complexas (“Então ele foi-te buscar e depois foram os dois ao cinema, depois ele levou-te ao autocarro, não foi?”); g) frases construídas na negativa (“Tu não saíste da escola às três horas?”). Este questionamento viola um dos princípios da entrevista forense, que é o de obter o máximo de informação possível no formato de narrativa livre da criança e conduzem a um maior número de erros no relato, para além de potenciarem a sugestibilidade (Ceci & Bruck, 2002; Faller, 2007,p.94; Oates, 2007; Wilson & Powell, 2001,p.57e 59; Zajac, 2009,p.164).

A pesquisa sobre a entrevista a crianças em contexto forense destaca como aspetos fundamentais o estabelecimento de regras que dão às testemunhas um conjunto de condições que podem diminuir o efeito de sugestão e as informações erradas, aumentando deste modo a fiabilidade da

informação recolhida. Essas regras de comunicação incluem: a) poder/dever responder “não sei”, “não me lembro”, “não percebi” quando essas possibilidades surgem, para que não se sintam “obrigadas” a dar uma resposta; b) poder corrigir o entrevistador quando este diz algo errado (Ceci & Bruck, 1999; Poole & Lamb, 1998; Zajac, 2009).

Autores como Duarte e Arboleda (2002), Ceci e Bruck (2002), Faller (2007) e Wilson e Powell (2001) têm salientado a importância da narrativa livre como elemento central da entrevista, uma vez que, esta se assume como uma mais-valia favorecendo o aumento da precisão da informação sobre um acontecimento.

### **3. Protocolo de entrevista Forense do NICHD**

O National Institute of Child Health and Human Development (NICHD), com base nos estudos de Lamb e colaboradores (Lamb et al, 2008; 2011; Orbach et al, 2000) desenvolveu o Protocolo de Entrevista para crianças e adolescentes dos quatro aos dezasseis anos de idade (Lamb, 2008; Lamb et al., 2007; Lamb, Orbach, Sternberg, Hershkowitz, & Horowitz, 2000; Poole & Lamb, 1998). Este protocolo afigura-se como particularmente útil para o depoimento de crianças em situações de abuso sexual, tendo por objetivo maximizar a evocação mnésica e a narrativa das crianças/adolescentes, ao mesmo tempo que pretende diminuir a influência do entrevistador no decorrer da entrevista. (Hershkowitz, Fisher, Lamb, & Horowitz, 2007; Lamb et al., 2007; Odegard et al., 2010; Orbach et al., 2000; Sternberg et al, 2002). Para tal, o Protocolo de entrevista do NICHD reduz o uso de linguagem complexa, utiliza apenas a informação já fornecida pela criança/adolescente evitando a introdução de questões sugestivas, e prepara as crianças clarificando as regras da entrevista (Orbach et al., 2000)

O protocolo de entrevista do NICHD compreende duas grandes fases: a fase da pré-entrevista e da entrevista propriamente dita. Na fase da pré-entrevista o entrevistador recolhe informação sobre a criança/adolescente (nome, idade, sexo, características de desenvolvimento e cultura; natureza da alegação, estrutura familiar e outros contextos que a criança frequente; rotinas da criança e informações médicas relevantes, nomes que a família utiliza para designar os órgãos genitais) (Poole & Lamb, 1998).

O local onde vai decorrer a entrevista deve ser um espaço sóbrio,

confortável mas minimalista, livre de brinquedos ou livros para favorecer a manutenção da atenção e prevenir o desvio da atenção da criança entrevistada (Lamb, 2008; Poole & Lamb, 1998).

A entrevista começa com a apresentação do entrevistador e a clarificação da importância de dizer a verdade sobre os acontecimentos, e perceber se a criança é capaz de discriminar o que é verdade e o que é mentira através de uma actividade de teste intitulada de “cerimónia de verdade e da mentira” (Lamb, 2008). De seguida, são explicitadas as principais regras da entrevista, nomeadamente, o direito /dever de dizer “não sei”, “não percebi” e de corrigir o entrevistador sempre que este disser algo que não é correcto. Este esclarecimento de regras da entrevista pretende aumentar as condições que favorecem a precisão do relato e diminuir a informação errada (Orbach et al., 2000; Sternberg et al., 2002).

Na segunda fase da entrevista procura-se conhecer melhor o funcionamento da criança /adolescente questionando-a sobre atividades do seu interesse e sobre um acontecimento recente na sua vida (“ Agora quero conhecer-te melhor “, “diz-me coisas que tu gostes de fazer”) (Lamb, 2008, p.87). Esta fase serve um duplo objetivo: a) conhecer a criança, promovendo a relação; b) treinar a narrativa livre sobre acontecimentos neutros/inócuos do passado (“Há uns (dias/semanas) foi... Diz-me tudo o que aconteceu”) permitindo avaliar as competências linguísticas e o vocabulário da criança. (Lamb, 2008,p.89; Poole & Lamb, 1998; Sternberg et al., 2002).

Passa-se, então, à abordagem do assunto pelo qual a criança/adolescente se encontra a ser entrevistada (“ agora que te conheço um pouco melhor queria falar contigo sobre o porquê de estares aqui hoje “) (Lamb, 2008, p.90). Introduce-se então a fase de narrativa livre, central nesta entrevista, onde se espera que a criança seja ativa e organize a conversação. A narrativa livre é solicitada pela questão: “Conta-me me tudo sobre o que aconteceu, desde o início até ao fim, o melhor que consigas” (Lamb, 2008, p.93).

Quando sentir que a narrativa da criança não progride, o entrevistador deve iniciar a fase de clarificação da informação já relatada, partindo do que a criança disse e empregando questões abertas, com formulações curtas e simples, sem conteúdo sugestível e sem informação que não tenha sido ainda dada pela criança. Esta fase deve ser composta por questões abertas:

“Conta-me tudo o que aconteceu” e “ Conta-me mais sobre isso “ (Lamb, 2008, p.93)

Antes de finalizar a entrevista, é recomendável que o entrevistador converse alguns minutos com a criança sobre um tópico neutro do ponto de vista emocional (“o que vais fazer hoje depois de saíres daqui?” (Lamb, 2008, p.100).

A estrutura que compõe a entrevista do protocolo do NICHD tenta criar condições para o aumento de informações exatas, tentando simultaneamente diminuir a possibilidade de informação errada e/ou sugestiva. Assim, o Protocolo do NICHD considera os dados da investigação em torno das características desenvolvimentais das crianças a nível das competências cognitivas, discursivas, sociais e emocionais que estão subjacentes à prestação de declarações. Alguns dos processos fundamentais na entrevista forense bastante estudados pela pesquisa são: memória, comunicação na criança e sugestibilidade, bem como a influência da idade nestas dimensões.

#### **4. Características de Desenvolvimento da criança**

Os psicólogos que entrevistam crianças e adolescentes devem conhecer as aptidões e limitações destas, bem como o *timing* de maturação das capacidades fundamentais para recordar e evocar acontecimentos. O sistema judicial, no âmbito das suspeitas de abuso sexual de crianças, pode solicitar a avaliação das suas capacidades cognitivas, emocionais e sociais para a prestação de testemunho (Duarte & Arboleda, 2002; Poole & Lamb, 1998; Saywitz, 2002). As crianças ainda estão em processo de maturação destas competências, podendo manifestar dificuldades em compreender o funcionamento do sistema judicial e revelando fraco conhecimento sobre aspetos relacionados com a sexualidade. São capazes de relatar as suas observações e experiências, mas têm dificuldade em dar indicações precisas relativamente à altura e ao local onde decorreram os factos. Em idade pré-escolar, o vocabulário é pouco desenvolvido (sem referência a advérbios e adjectivos) comparativamente ao do adolescente e adulto, usam conceitos de forma muito restrita e podem usar vocábulos desconhecendo o seu significado correto e não dominam completamente conceitos como “toque”, “antes”, “alguns”, “ontem” e “qualquer” (Lamb, 2008; Poole & Lamb, 1998;

Saywitz, 2002).

De acordo com os dados da investigação sobre o desenvolvimento da criança, é fundamental conhecer as especificidades na comunicação, da memória e do desenvolvimento emocional, para se ajustar a entrevista à criança e se enquadrar a informação recolhida nessas particularidades desenvolvimentais.

#### **4.1. A Influência da Idade**

A idade tem sido apontada como a variável demográfica com maior valor preditivo da capacidade das crianças para fornecerem testemunhos válidos e precisos, dado que é considerada como um fator de vulnerabilidade à sugestão e capaz de influenciar as capacidades mnésicas das crianças/adolescentes (Malloy & Quas, 2009; Odegard et al., 2010; Quas, Goodman, Guetti, & Redlich, 2000).

De acordo com Hewitt (1999) as crianças estão aptas a ser entrevistadas a partir dos três /quatro anos, seguindo protocolos de entrevista sensíveis ao seu nível de desenvolvimento. As crianças entre os três e os cinco anos mostram ser capazes de relatar com êxito as suas observações/experiências, muito embora não sejam capazes de incluir referências temporais no seu discurso. Usam estratégias rudimentares para organizar as suas narrativas, fornecem poucos detalhes sobre o acontecimento, pouca informação contextual sobre o mesmo e são particularmente vulneráveis ao ambiente da entrevista. A partir dos cinco anos de idade, a capacidade de prestar atenção aumenta, a linguagem torna-se mais desenvolvida, o pensamento menos egocêntrico, são capazes de perceber melhor o propósito da entrevista e a diferença entre a verdade e a mentira, pelo que se tornam mais capazes de responder com êxito a uma entrevista estruturada (Hewitt, 1999).

Entre os cinco e os seis anos de idade, as crianças demonstram grande propensão para cederem às informações distorcidas do entrevistador, e a responder mesmo a questões que não compreendem. Estas crianças têm maior propensão para responder de forma errada a questões sugestivas e para selecionar as opções incorretas quando têm de responder a questões de escolha forçada (Sim/Não ou escolha múltipla). A partir dos seis anos de idade são capazes de discriminar os acontecimentos internos que são fruto da

sua imaginação daqueles que são externos (Lamb, 2008). Por volta dos sete anos, começam a mostrar-se mais conscientes das situações, a ter maior conhecimento dos julgamentos que os outros podem fazer sobre si e maior embaraço em falar de determinados assuntos (sobretudo, nas situações de abuso sexual), o que influencia a relação que estabelecem com o entrevistador e as informações que relatam. A capacidade para incluir referências temporais no seu relato, começa a manifestar-se cerca dos 8/10 anos (Poole & Lamb, 1998).

Quando se comparam os desempenhos de crianças mais novas com crianças mais velhas encontram-se diferenças no que respeita à precisão e quantidade de informação do relato: crianças mais pequenas (4 a 5 anos) tendem a relatar menor número de detalhes específicos sobre um acontecimento (Lamb, 2008; Odegard et al., 2010). As associações temporais tendem a ser mais fracas e a declinar mais rapidamente ao longo do tempo nas crianças mais novas (Powell & Thomson, 1997). A proporção de erros no relato é claramente superior nas crianças mais novas (Lamb, 2008; Malloy & Quas, 2009; Odegard et al., 2010; Poole & Lamb, 1998) e a probabilidade de alterarem a sua resposta, quando questionadas novamente, é superior (Lamb, 2008). As crianças mais novas têm mais dificuldade em fazer uma narrativa livre dos acontecimentos, necessitando que o entrevistador coloque mais questões para fornecerem mais informação e estruturarem os seus relatos (Faller, 2007; Fivush, 2002; Quas et al., 2000). Contudo, as suas narrativas tornam-se mais complexas, sobretudo, entre os 5 e os 6 anos de idade, o que denota que a capacidade para recordar acontecimentos aumenta com a idade, (Fivush, Haden, & Adam, 1995) aumentando igualmente a capacidade para identificar a fonte das suas memórias e o uso de estratégias de recuperação mais sofisticadas (Quas et al., 2000).

Os resultados em tarefas de memória tendem a melhorar com a idade, quando as crianças são capazes de manter a atenção, compreender, codificar e armazenar informação de maior relevância do ponto de vista forense (e.g. as crianças mais novas tendem a focar a atenção em pormenores mais periféricos do evento, negligenciando os aspetos centrais) (Saywitz, 2002). Por outro lado, o incremento das capacidades linguísticas aumenta a capacidade para prestar testemunho. A partir dos 9/12 anos a vulnerabilidade

à sugestão diminui assemelhando-se à dos adultos (Memon, Vrij, & Bull, 2003).

Conclui-se, então, que a idade é uma variável fundamental nas capacidades mnésicas e na vulnerabilidade à sugestão; contudo, dentro de uma mesma faixa etária, as capacidades cognitivas e emocionais das crianças variam bastante e, dado que a relação entre a idade e a memória é complexa, outras variáveis como a predisposição da criança para falar no decorrer da entrevista, a postura e as questões colocadas pelo entrevistador são determinantes da condição da criança para se afirmar como uma testemunha válida (Lamb, 2008; Odegard et al., 2010; Quas et al., 2000). A literatura sugere, ainda, que sob condições de suporte, as limitações cognitivas apresentadas pelas crianças podem ser superadas e a sua performance ser melhorada (Price & Goodman, 1990 *cit in* Faller, 2007).

#### **4. 2. Memória**

A memória não constitui um mero registo audiovisual, mas um processo dinâmico que implica a retenção de detalhes de informação mas também lacunas, sofrendo alterações ao longo do tempo, fruto da passagem do tempo e da exposição à informação veiculada por terceiros ou a vivência de outras experiências (Ceci & Bruck, 1993; Oates, 2007). A memória de um acontecimento é influenciada por factores como: a) a qualidade da representação inicial do acontecimento; b) o conhecimento e expectativas relativamente ao evento; c) a natureza das experiências que têm lugar após o acontecimento e antes da evocação do mesmo; d) o tipo de questões que são colocadas para favorecer a evocação. As memórias podem não ser recuperadas no contexto de entrevista por não estarem registadas na memória, pois, nem tudo o que as crianças vivem é codificado e armazenado na memória.

Os estudos conduzidos na década de 80 para avaliar as capacidades mnésicas das crianças permitiram concluir que estas, desde tenra idade, conseguem recordar com precisão informação relevante do ponto de vista forense (Ceci & Bruck, 1999; Fivush et al., 1995) existindo, todavia, diferenças claras no seu desempenho em função da idade (Ornstein & Haden, 2002). Em situações como as de abuso sexual, as crianças (sobretudo as mais novas), demonstram ter poucos conhecimentos sobre sexualidade e



esperenciam níveis elevados de stress durante o acontecimento, pelo que a capacidade para focar a atenção no acontecimento pode ser prejudicada. Além disso, as crianças tendem a prestar maior atenção a pormenores menos relevantes, como por exemplo, a cor dos sapatos de uma pessoa, em vez de prestarem atenção à cor do cabelo ou dos olhos, informação mais relevante do ponto de vista forense (Saywitz, 2002).

Na ausência de experiências prévias de evocação, a informação armazenada diminui com a passagem de tempo entre o acontecimento e a entrevista de relato sobre o mesmo (Ornstein & Haden, 2002). A recuperação das memórias não é total, perfeita e objetiva, pelo que nem sempre as crianças são capazes de aceder a todas as memórias numa entrevista. As capacidades linguísticas e o vocabulário da criança pode afetar negativamente a evocação das memórias e o embaraço sentido por ela pode levá-la(o) a não verbalizar aquilo de que se recorda (Ornstein & Haden, 2002).

#### **4. 3.Sugestibilidade**

Quando se entrevistam as crianças/adolescentes relativamente a uma alegação de abuso sexual, o estudo da sugestibilidade é essencial para que os entrevistadores compreendam que tipos de questões devem evitar, sob pena de comprometerem a credibilidade do testemunho (Goodman & Clarke-Stewart, 1999). A sugestibilidade, mais concretamente a sugestibilidade interrogativa, pode ser definida como a predisposição para aceitar informação transmitida por outros (informação falsa transmitida num interrogatório ou por pressão pessoal) e incorporá-la na memória, acreditando que é correta (Kassin, Drizin, Grisso, Gudjonsson, & Redlich, 2010; Poole & Lamb, 1998).

O consenso geral que emerge dos estudos em torno da sugestibilidade é de que as crianças são sugestionáveis (sobretudo as crianças entre os 3 e os 5 anos de idade), contudo, a sugestibilidade pode ser minimizada ou até eliminada pelo uso de técnicas de questionamento adequadas (Bruck et al., 2002; Ceci & Bruck, 1999; Poole & Lindsay, 1995; Saywitz, 2002).

A sugestibilidade é determinada por variáveis cognitivas, motivacionais, sociais e individuais (Ceci & Bruck, 1999; Lamb, 2008). O fator tempo (intervalo de tempo entre o acontecimento e a evocação do

mesmo) e as condições da entrevista são condições que favorecem uma maior vulnerabilidade das crianças à sugestão (Saywitz, 2002). As crianças tornam-se particularmente vulneráveis à sugestão por estarem mais dependentes do questionamento para evocar e relatar memórias de um acontecimento (recordam e relatam menos informação através de narrativa livre), por serem vulneráveis às crenças do entrevistador (figura adulta, de autoridade) e por terem dificuldade em identificar a fonte das suas memórias (Bruck et al., 2002; Ceci & Bruck, 1999; Hewitt, 1999; Saywitz, 2002; Saywitz & Lyon, 2002). Em contexto de entrevista, as crianças parecem menos resistentes à sugestão quando: a) não compreendem as questões que lhes são colocadas; b) manifestam relutância em dizer “não sei” e em pedir ao entrevistador que clarifique a informação (Oates, 2007); c) acreditam que os adultos, em especial o entrevistador, possuem maior conhecimento sobre o evento que elas, por isso, sabem a resposta à questão que colocaram; d) se sentem compelidas a responder de forma favorável ao entrevistador quando este assume uma postura mais intimidadora; e) têm dificuldade em perceber qual o seu papel na entrevista e o que se espera delas (Hardy & Van Leuemen, 2004; Oates, 2007; Saywitz, 2002; Saywitz & Lyon, 2002). Os comentários em tom acusatório dirigidos pelo entrevistador podem torná-las especialmente vulnerável à incorporação da informação falsa e à cedência.

Para minimizar o impacto da sugestibilidade no decorrer da entrevista é útil que o entrevistador recorra à narrativa livre (Poole & Lindsay, 2002). O uso de instruções completas (frisar que a criança deve dizer tudo o que se lembra do que aconteceu), avisos (destacar a importância de dizer a verdade) e clarificações, favorecem o desempenho das crianças e diminuem a sua vulnerabilidade à sugestão. A estruturação do questionamento através da “abordagem em funil”, de acordo com o que os estudos têm salientado, tem dado mostras de ser a forma mais adequada de entrevistar crianças e adolescentes (Saywitz & Lyon, 2002). Quando o entrevistador sente necessidade de repetir uma questão por não a ter compreendido na totalidade, deve alertar a criança de que está a repetir a questão porque não compreendeu a sua resposta. Caso não o faça, esta pode entender a repetição como um sinal de que a sua resposta está incorreta e sentir necessidade de a alterar (Fivush, Peterson, & Schwarzmuller, 2002; Oates, 2007). Por último, é importante salientar que a adoção de uma postura de apoio

moderado (postura não demasiado apoiante ou demasiado austera) por parte do entrevistador, favorece a resistência à sugestão (Saywitz, 2002; Saywitz & Lyon, 2002).

## 5. Intervalo de Tempo

O intervalo temporal que medeia o acontecimento e a entrevista é um fator fundamental na qualidade do depoimento. Com o passar do tempo: a) a memória fica mais suscetível à incorporação de informações erradas, distorcidas, registam-se mais detalhes falsos e erros perante questões sugestivas; b) é necessário maior esforço para que as crianças acedam às suas memórias, tornando-se inevitável que se encontrem mais vulneráveis à sugestão (Lamb, 2008; Poole & Lamb, 1998).

Contudo, alguns estudos realizados neste campo, concluíram que as crianças/adolescentes conseguem recordar os acontecimentos depois de decorrido um longo período de tempo entre esses eventos e a evocação dos mesmos (Fivush et al., 1995). A questão crítica que se levanta perante intervalos de tempo longos entre o acontecimento e a sua evocação é a dificuldade de manter apenas a informação exata armazenada na memória, as informações que circularam no contexto de vida da criança e o número de vezes que lhe foi pedido que contasse o que aconteceu.

## II - Objetivos

Considerando que este trabalho se insere num projeto mais amplo de tradução e adaptação da Entrevista do protocolo do NICHD (Lamb et al, 2008; 2011; Orbach, 2000) e pretende contribuir para a melhor tradução da entrevista, tem como objetivos:

- Avaliar a influência das sentenças “Diz-me”, “Fala-me” e “Conta-me” na questão central de solicitação da narrativa livre da entrevista, a nível da quantidade de informação exata, dos erros e das confabulações;
- Analisar a influência da variável Idade em cada uma das sentenças “Diz-me”, “Fala-me” e “Conta-me”.

## 6. Variáveis

As *Variáveis Dependentes (VD)* neste estudo são:

- a) informação exata – ou seja, os detalhes relatados que conferiam

com a história visionada;

b) erros – informação incorreta (e.g. erros de perceção - a menina estava a comer carne e tinha as mãos cheias de sangue)

c) confabulação – informação que não integrava a história visionada mas que era incorporada pela criança (e.g. a mãe ia ver um ballet)

As *Variáveis Independentes (VI)* neste estudo são:

a) Sentenças para tradução do “*Tell me:*” “Diz-me; Fala-me; Conta-me”;

b) Idade

### 6.1 Hipóteses de investigação

Considerando os objetivos propostos e de acordo com o que a literatura salienta foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: Considerando que o vocábulo “Conta-me” remete para o contexto da história/conto e do imaginário, espera-se que na condição “Conta-me” as crianças tenham menos informação exata, mais erros e mais confabulações que nas outras duas condições.

H2: Espera-se que as crianças mais velhas e adolescentes tenham mais informação exata, menos erros e menos confabulações, independentemente das sentenças “Diz-me; Fala-me; Conta-me” do que as crianças mais novas.

## III - Metodologia

### 7. Amostra <sup>1</sup>

A amostra do presente estudo é constituída por 120 crianças da população geral com idades compreendidas entre os 4 e os 16 anos de idade, desde o pré – escolar até ao 11ºano de escolaridade. Os participantes foram divididos em cinco faixas etárias (4 anos; 5/6 anos; 7/9 anos; 10/12 e 13/16 anos, cada uma com o mesmo tamanho (n=24, 20%). Constitui-se como

<sup>1</sup> A amostra foi recolhida nos distritos de Coimbra (Coimbra, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares) e Viseu (Lamego) em estabelecimentos de ensino públicos e privados pré-escolares, do 1º ciclo e grupos de catequese.

critério de exclusão a existência de patologia física e/ou psíquica e dificuldades de aprendizagem.

A amostra é constituída por 64 sujeitos do sexo feminino (53.3%) e 56 do sexo masculino (46.7%). A maior parte das crianças da amostra frequenta o ensino pré-escolar (n=38, 31.7%) (ver tabela 1).

No que diz respeito à situação profissional<sup>2</sup> dos progenitores das crianças e adolescentes da amostra, a maior parte das mães desempenha profissões que se enquadram na categoria profissional - pessoal de serviços e vendedores (n=25,20.8%), enquanto a maior parte dos pais desempenha profissões que se enquadram na categoria de operário, artífices e trabalhadores similares (ver tabela 1). Quanto à escolaridade dos progenitores, a maior parte das mães estudou até completar o ensino secundário (n=48; 40%), enquanto a maior parte dos pais completou o 3º ciclo ou o ensino secundário (n=32; 26.7% para cada nível).

**Tabela 1. Características da Amostra (N= 120)**

<b>Sexo</b>	<b>n</b>	<b>Frequência</b>
Masculino	56	46.7%
Feminino	64	53.3%
<b>Ano de Escolaridade</b>		
Pré escolar	38	31.7%
1	11	9.2%
2	5	4.2%
3	10	8.3%
4	7	5.8%
5	7	5.8%
6	7	5.8%
7	11	9.2%
9	14	11.7%
10	6	5.0%
11	4	3.3%
<b>Escolaridade da Mãe</b>		
1º Ciclo	13	10.8%

<sup>2</sup> A caracterização das profissões foi feita com recurso à Classificação Nacional de Profissões: 1- Quadros superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros superiores de Empresa; 2- Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; 3- Técnicos e Profissionais de nível intermédio; 4-Pessoal Administrativo e Similares; 5- Pessoal dos serviços e vendedores; 6-Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca; 7- Operários, Artífices e Trabalhadores Similares; 8- Operadores de Instalação e Máquinas e Trabalhadores de Montagem; 9- Trabalhadores não qualificados.

2º Ciclo	9	7.5%
3º Ciclo	27	22.5%
Secundário	48	40.0%
Ensino Superior	10	8.3%
<b>Escolaridade do Pai</b>		
1º Ciclo	23	19.2%
2º Ciclo	11	9.2%
3º Ciclo	32	26.7%
Secundário	32	26.7%
Ensino Superior	4	3.3%
<b>Profissão da Mãe</b>		
Dirigentes / Quadros Superiores	5	4.2%
Especialistas Profissão Intelectual/Científica	7	5.8%
Profissionais de Nível médio	5	4.2%
Pessoal administrativo	15	12.5%
Pessoal de serviços /Vendedores	25	20.8%
Operários/artíficeis	7	5.8%
Operários de máquinas	2	1.7%
Trabalhador não qualificado	16	13.3%
Desempregado	15	12.5%
Doméstica	12	10%
<b>Profissão do Pai</b>		
Dirigentes/Quadros Superiores	11	9.2%
Especialistas Profissão Intelectual /Científica	3	2.5%
Profissionais de Nível Médio	7	5.8%
Pessoal administrativo	6	5.0%
Pessoal de serviços/vendedores	11	9.2%
Agricultura e pescas	3	2.5%
Operários/artíficeis	31	25.8%
Operários de máquinas	10	8.3%
Trabalhador não qualificado	20	16.7%
Desempregado	2	1.7%
Reformado	1	0.8%

## 8. Instrumentos

### 8.1 Questionário Sócio-demográfico

O questionário sociodemográfico teve como objetivo recolher um conjunto de dados para caracterização da amostra relativamente à idade, sexo e nível de escolaridade das crianças e adolescentes, e à profissão e nível de escolaridade dos pais (ver Anexo3).

## 8.2 Vídeo - “Slogan: Helping”

Este vídeo tem a duração de 30 segundos, e faz parte de uma campanha publicitária não conhecida em Portugal. O enredo do vídeo começa, num primeiro momento, com uma menina sentada em cima da banca da cozinha a comer chocolate. Entretanto, uma mulher chama a menina que pousa o chocolate em cima da banca e desce utilizando uma cadeira que se encontrava junto à banca. Dirige-se para o corredor, limpa a boca suja de chocolate com as mãos e coloca-as atrás das costas. No corredor surge uma mulher com um vestido branco, a mulher baixa-se, vira-se de costas e pede à menina que lhe feche o fecho do vestido. A menina tenta puxar o fecho do vestido mas não consegue e puxa o vestido, deixa marcas de chocolate enquanto corre o fecho do vestido. A mulher vira-se para a menina e dá-lhe um beijo, dirige-se para a porta e vira-se. A mulher e a menina dizem adeus uma à outra e a menina fica a sorrir no corredor. Por fim, surge o genérico do vídeo.

## 8.3 Entrevista do Protocolo do NICHD (Lamb et al., 2008; 2011; Orbach, 2000)

O protocolo de entrevista forense do NICHD (National Institute of Child Health and Human Development) foi desenvolvido por Lamb e colaboradores (Lamb et al., 2008; 2011; Orbach, 2000) para ser utilizado com crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os quatro e os dezasseis anos de idade, na avaliação de situações como as de abuso sexual.

As características deste protocolo de entrevista foram já anteriormente descritas no enquadramento conceptual (Ver Anexo 4).

## 9. Procedimentos

Após obtenção das autorizações necessárias nas várias instituições contactadas, distribuíram-se cartas com informações sobre os objetivos e procedimentos do estudo aos encarregados de educação e, caso estes autorizassem a participação dos filhos, entregavam a ficha de consentimento preenchida. As crianças e adolescentes cujos progenitores autorizassem a sua participação eram convidados a colaborar. Quer aos progenitores quer às crianças foram explicitados os procedimentos éticos de anonimato e

confidencialidade.

O estudo integrou dois momentos: a) num 1º momento, depois das apresentações, preencheu-se o questionário sociodemográfico, e depois de uma pequena conversa de estabelecimento da relação foi mostrado o vídeo. Terminado o visionamento do vídeo deu-se início à entrevista seguindo o protocolo de entrevista do NICHD. Procedeu-se há clarificação das regras da entrevista, realizando-se de seguida um exercício de treino de narrativa livre sobre um acontecimento recente da vida da criança (e.g. natal). Após este breve exercício, solicitou – se o relato do conteúdo do vídeo através da questão: “Diz-me tudo o que aconteceu no vídeo que viste” na condição 1 (n= 40); “Fala-me tudo o que aconteceu no vídeo que viste” na condição 2 (n=40) e “Conta-me tudo o que aconteceu no vídeo que viste” na condição 3 (n=40). Seguindo o protocolo de entrevista forense do NICHD, depois desta questão inicial de solicitação da narrativa livre utilizaram-se questões abertas<sup>3</sup>.

Além disso, as crianças/adolescentes foram ainda divididas em dois sub-grupos de 60 sujeitos, com duas condições diferentes: na condição 1 foi administrada apenas a entrevista do protocolo do NICHD; na condição 2, no fim da primeira entrevista foram colocadas 20 questões fechadas<sup>4</sup>. Na segunda entrevista, realizada uma semana depois, não foram colocadas estas questões fechadas, solicitando-se a narrativa livre do conteúdo do vídeo usando novamente a questão geral “Diz-me/Fala-me/ Conta-me tudo o que aconteceu no vídeo que tu viste” seguida de questões abertas de acordo com o protocolo de entrevista forense do NICHD. Todas as tarefas de evocação foram gravadas em registo áudio e posteriormente transcritas.

As sessões foram individuais, com duração média de 30 minutos na primeira entrevista (evocação imediata) e de 15 minutos na segunda entrevista (evocação diferida).

---

<sup>3</sup> “Diz-me tudo sobre isso”; “Diz-me mais sobre isso”; “E depois o que aconteceu?”.

<sup>4</sup> Foram elaboradas 20 questões sobre o vídeo visualizado, tendo por base as Escalas de sugestibilidade de Gudjonsson - GSS 1 (1984) e GSS 2 (1987) (Bain & Baxter, 2000;Merckelbach,Muris,Wessel & Koppen,2000). Cinco questões acerca do vídeo que continham informação correta sobre o mesmo (e.g. A menina estava a comer chocolate?), enquanto as restantes quinze questões continham informação sugestiva, integrando informação que não estava presente no vídeo visualizado (e.g. o irmão da menina estava a ver o que aconteceu ou não?). Como não são objeto de análise desta tese não são aqui desenvolvidas.



#### IV - Resultados

A apresentação dos resultados decorrentes da análise estatística utilizada seguirá a ordem das hipóteses de investigação traçadas.

H1: Considerando que o vocábulo “Conta-me” remete para o contexto da história/conto e do imaginário, espera – se que na condição “Conta-me” as crianças tenham menos informação exata, mais erros e mais confabulações que nas outras duas condições (“Diz-me; Fala-me”);

Com o intuito de avaliar se o total de informação exata, de erros e de confabulações obtidos na 1ª e 2ª entrevista difere significativamente consoante a tradução do “*Tell me*” adotada: “Diz-me”, “Fala-me”, “Conta-me”, recorreu-se à anova (*One-way*). A opção por um teste paramétrico baseou-se no tamanho da amostra (N=120) que, de acordo com Maroco (2003) é suficientemente grande para recorrer a um teste paramétrico, mais robusto. Verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as três condições relativamente ao total de *informação exata* na entrevista 1 (F (2) = 1.744; p=.179) e na entrevista 2 (F (2) =.546; p=.581), no total de *erros* na entrevista 1 (F (2) =1.441;p=.241), no total de erros na entrevista 2 (F (2) =.692;p=.503), no total de *confabulações* na entrevista 1 (F (2) =2.023; p=.137) e no total de confabulações na entrevista 2 (F (2) =.141;p=.869) (ver Tabela 2). Contudo, uma análise mais pormenorizada revela que a condição “Conta-me” gera em média maior número de informação exata nas duas entrevistas, mas também maior número de erros nas duas entrevistas. Quanto ao número total de confabulações, a condição “Fala-me” gera maior número de confabulações na 1ª entrevista; na 2ª entrevista ambas as condições “Fala-me” e “Conta-me” são geradoras de maior número de confabulações sobre o vídeo (ver Tabela 2).

**Tabela 2 : Valores de Anova one-way, Média e desvio padrão de total de informação exata, erros e confabulações na primeira e segunda entrevista para as três condições: Condição 1 (“Diz-me”) Condição 2 (“Fala-me”) e Condição 3 (“Conta-me”) (n=40)**

	Condição 1	Condição 2	Condição 3	F
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	
Informação exata 1ª entrevista	4.88 (2.02)	5.08 (1.80)	5.80 (3.00)	1.744 (n.s)
Informação exata 2ª entrevista	4.93 (2.53)	5.33 (2.22)	5.53 (3.03)	.546 (n.s)
Erros 1ª entrevista	.50 (.64)	.63 (.81)	.80 (.91)	1.441 (n.s)

Erros 2ª entrevista	.43 (.64)	.55 (.78)	.63 (.87)	.692 (n.s)
Confabulações 1ª entrevista	1.35 (.92)	1.78 (1.07)	1.75 (1.17)	2.023 (n.s)
Confabulações 2ª entrevista	1.53 (.88)	1.63 (.93)	1.63 (1.10)	.141 (n.s)

H2: Espera-se que as crianças mais velhas e adolescentes tenham mais informação exata, menos erros e menos confabulações, independentemente das sentenças “Diz-me; Fala-me; Conta-me” do que as crianças mais novas.

Uma vez que cada categoria etária tem um n=24, recorreu-se ao Teste não paramétrico equivalente à Anova, o teste de Kruskal – Wallis para verificar a existência de diferenças nas VD “Informação exata”, “erros” e “confabulações” nas três condições: “Diz-me”, “Fala-me” e “Conta-me” em cada uma das 5 categorias etárias.

Para a faixa etária dos 4 anos, verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias das três condições, para o total de informação exata 1 ( $X^2_{KW}(2) = 2.479$ ;  $p=.289$ ;  $N=24$ ), total de informação exata 2 ( $X^2_{KW}(2) = 1.253$ ;  $p=.535$ ;  $N=24$ ), total de erros 1 ( $X^2_{KW}(2) = .271$ ;  $p=.873$ ;  $N=24$ ), total de erros 2 ( $X^2_{KW}(2) = .649$ ;  $p=.723$ ;  $N=24$ ), total de confabulações 1 ( $X^2_{KW}(2) = 1.470$ ;  $p=.480$ ;  $N=24$ ) e total de confabulações 2 ( $X^2_{KW}(2) = 2.115$ ;  $p=.347$ ;  $N=24$ ). Na faixa etária dos 5/6 anos verifica-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias das três condições para o total erros da 2ª entrevista ( $X^2_{KW}(2) = 8.059$ ;  $p = .018$ ;  $N=24$ ), com a condição “Conta-me” a gerar maior número de erros ( $M= 17.81$ ). Na faixa etária dos 7/9 anos não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre as médias das três condições para o total de informação exata 1 ( $X^2_{KW}(2) = 3.864$ ;  $p = .145$ ;  $N=24$ ), total de informação exata 2 ( $X^2_{KW}(2) = 5.671$ ;  $p = .059$ ;  $N=24$ ), total de erros 1 ( $X^2_{KW}(2) = 2.706$ ;  $p = .258$ ;  $N=24$ ), total de erros 2 ( $X^2_{KW}(2) = 2.655$ ;  $p = .265$ ;  $N=24$ ), total de confabulações 1 ( $X^2_{KW}(2) = 2.661$ ;  $p = .264$ ;  $N=24$ ) e total de confabulações 2 ( $X^2_{KW}(2) = 3.856$ ;  $p = .145$ ;  $N=24$ ). Na faixa etária dos 10/12 anos encontram-se diferenças estatisticamente significativas entre as médias das três condições para total de informação exata na 1ª entrevista ( $X^2_{KW}(2) = 11.441$ ;  $p = .003$ ;  $N=24$ ), sendo a condição “Conta-me” a que gera mais informação exata ( $M=19.06$ ). Por último, na faixa etária dos 13/16 anos encontram-se diferenças estatisticamente significativas entre as médias

das três condições para o total de informação exata na 1ª entrevista ( $X^2_{KW}(2) = 6.325; p = .042; N=24$ ), com a condição “ Conta-me” a gerar mais informação exata ( $M=18.94$ ) sobre o vídeo na 1ª entrevista, para total de confabulações da 1ª entrevista ( $X^2_{KW}(2) = 12.867; p = .002; N=24$ ) com mais confabulações ( $M=18.94$ ) e para total de confabulações da 2ª entrevista ( $X^2_{KW}(2) = 11.175; p = .004; N=24$ ), com mais confabulações ( $M= 18.88$ ).

Analisando o desempenho dos 5 grupos etários em termos de total de informação exata referida, erros e confabulações sobre o vídeo na 1ª e 2ª entrevista verifica-se (ver Tabela 3) que nas duas entrevistas são as crianças da faixa etária dos 10/12 anos que referem mais informação exata sobre o vídeo. No que toca aos erros na primeira entrevista, as crianças das faixas etárias dos 4 anos e 5/6 anos registaram mais erros que as outras categorias etárias. Na segunda entrevista, são as crianças da faixa etária dos 5/6 anos que dão mais informação errada sobre o vídeo. Em termos de confabulações sobre o vídeo são os adolescentes, 13-16 anos que elaboram maior número de confabulações sobre o vídeo nas 2 entrevistas.

**Tabela 3 : Valores de Média e desvio padrão do Total de informação exata, erros e confabulações na primeira e segunda entrevista para os 5 grupos etários (n=24 x5)**

	4	5/6	7/9	10/12	13/16
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Informação exata 1ª entrevista	2.38 (2.02)	4.83 (1.86)	6.29 (1.78)	6.88 (1.78)	5.88 (1.23)
Informação exata 2ª entrevista	2.13 (2.07)	4.42 (1.77)	6.25 (1.89)	7.21 (1.98)	6.29 (1.76)
Erros 1ª entrevista	1.00 (1.10)	1.00 (.78)	.29 (.46)	.71 (.69)	.21 (.42)
Erros 2ª entrevista	.79 (0.98)	.83 (.96)	.38 (.29)	.29 (.46)	.38 (.50)
Confabulações 1ª entrevista	1.13 (1.23)	1.25 (.44)	1.46 (.78)	2.13 (1.12)	2.17 (1.17)
Confabulações 2ª entrevista	.96 (.86)	1.38 (.58)	1.75 (.90)	1.75 (1.15)	2.13 (.90)

Realizou-se uma anova (*one-way*) com o objetivo de perceber se o total de informação exata, de erros e de confabulações nas duas entrevistas difere significativamente em função da idade (4, 5/6, 7/9, 10/12, 13/16 anos). Registaram-se diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos

5 grupos etários para o total de informação exata 1 ( $F(4) = 24.530; p = .000$ ), total de informação exata 2 ( $F(4) = 27.308; p = .000$ ), total de erros 1 ( $F(4) = 6.373; p = .000$ ), total de erros 2 ( $F(4) = 2.883; p = .026$ ), total de confabulações 1 ( $F(4) = 5.871; p = .000$ ) e total de confabulações 2 ( $F(4) = 5.857; p = .000$ ), indicando que a idade exerce influência significativa sobre estas três VD nas duas entrevistas.

As comparações múltiplas (método de *Bonferroni*) realizadas entre as 5 faixas etárias mostram que:

a) na *informação exata na 1ª entrevista* existem diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) entre os 4 anos e as restantes categorias etárias. No grupo dos adolescentes (13/16 anos) apenas se encontram diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) com as crianças dos 4 anos. Na faixa etária dos 5/6 anos há diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) com as crianças das restantes faixas etárias, à exceção do grupo dos adolescentes de 13/16 anos ( $p > 0.05$ ). Na faixa etária dos 7/9 anos há diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) com as crianças de 10/12 anos e 13/16 anos. Entre as crianças de 10/12 anos e as de 4 e 5/6 anos verificam-se diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ).

b) na *informação exata da 2ª entrevista*, verificam-se diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) entre as crianças de 4 anos e as restantes crianças e adolescentes e as crianças de 5/6 anos e as restantes crianças e adolescentes. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) entre as crianças de 7/9 anos e as de 4, 5/6 anos, entre as de 10/12 anos e as de 4, 5/6 anos e entre os adolescentes de 13/6 anos e as crianças de 4 e 5/6 anos.

c) nos *erros na 1ª entrevista* as comparações realizadas destacam a existência de diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) entre a faixa etária dos 4 anos e a dos 7/9 anos e 13/16 anos. Já procedendo a comparações das crianças de 5/6 anos com as restantes só se verificam diferenças estatisticamente significativas com as crianças de 7/9 anos e 13/16 anos. O desempenho das crianças de 7/9 anos quando comparado com as crianças de 4 anos e 5/6 anos parece diferir significativamente ( $p < 0.05$ ), tal como acontece com os adolescentes quando comparados com as crianças de 4 e 5/6 anos. O desempenho, em termos de erros, das crianças de 10/12

anos não difere significativamente das restantes crianças e adolescentes ( $p > 0.05$ ).

d) nos *erros obtidos na 2ª entrevista* não se verificam diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) considerando as comparações entre cada par das diferentes categorias etárias.

e) nas *confabulações na 1ª entrevista*, comparando as crianças de 4 anos e de 5/6 anos com as restantes, verificam-se diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) entre estas e as crianças de 10/12 anos e 13/16 anos. Comparando as crianças de 7/9 anos de idade com as restantes crianças/adolescentes não se encontram diferenças estatisticamente significativas ( $p > 0.05$ ).

f) nas *confabulações na 2ª entrevista* verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre as crianças de 4 anos e as de 7/9 anos, 10/12 anos e os adolescentes de 13/16 anos. Na faixa etária dos 5/6 anos encontram-se diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) com os adolescentes de 13/16 anos. Comparando as crianças de 7/9 e 10/12 anos com as restantes, verificam-se diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) com as crianças de 4 anos. No grupo dos adolescentes (13/16 anos) encontram-se diferenças estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ) com as crianças de 4, 5/6 anos.

Com o objetivo de aprofundar a análise dos dados considerando as duas hipóteses, avaliou-se o valor preditivo das variáveis Idade e Sentenças (“Diz-me, Fala-me e Conta-me”) para as VD “informação exata”, “erros” e “confabulações” nas duas entrevistas através de regressões lineares usando o método *ENTER*.

Os valores obtidos em fator de inflação de variância ( $VIF=1.00$ ) e Tolerância (1.00) asseguram a não existência de multicolinearidade entre as variáveis. A regressão linear realizada para o total de informação exata da 1ª entrevista a partir das variáveis Sentenças e idade identificou a variável idade ( $\beta = 0.48$ ;  $t(2) = 6.053$ ;  $p < 0.01$ ) como preditora significativa da informação exata obtida na primeira entrevista. O modelo explica cerca de 25 % da variabilidade da informação exata da 1ª entrevista ( $F(2) = 20.384$ ;  $p < 0.01$ ;  $R_a^2 = 0.25$ ).

**Tabela 4: Regressão linear considerando como VIs do número total de informação exata da 1ª entrevista, a Idade e Sentenças**

Variáveis	Coefficiente Não Estandarizado (B)	Erro Padrão	Coefficiente Estandarizado ( $\beta$ )	t	p
Idade	.283	.047	.482	6.053	.000
Sentenças	.438	.228	.153	1.922	.057

Relativamente ao total de informação exata 2 a partir das variáveis Idade e Sentenças, após verificação do pressuposto de independência dos erros ( $d=1.46$ ) e da inexistência de multicolinearidade entre as variáveis (VIF=1.00) e Tolerância (1.00), verifica-se que o modelo continua a ser significativo ( $F(2) = 26.692$ ;  $p < 0.01$ ;  $R^2_{aj} = 0.30$ ), explicando 30 % da variabilidade de total de informação exata da 2ª entrevista. A variável idade, surge novamente, como preditora significativa da informação exata obtidos na 2ª entrevista. ( $\beta=0.552$ ;  $t(2) = 7.202$ ;  $p < 0.01$ ).

**Tabela 5: Regressão linear considerando VIs do número total de informação exata da 2ª entrevista a Idade e Sentenças**

Variáveis	Coefficiente Não Estandarizado (B)	Erro Padrão	Coefficiente Estandarizado ( $\beta$ )	t	p
Idade	.360	.050	.552	7.202	.000
Sentenças	.268	.243	.085	1.103	.272

A regressão linear relativa ao total de erros da 1ª entrevista, a partir das variáveis Idade e Sentenças (verificados os pressupostos de independência dos erros ( $d= 2.07$ ) e ausência de multicolinearidade das variáveis (VIF =1.00 e tolerância =1.00)), mostra que o modelo é aceitável ( $F(2) = 8.2$ ;  $p < 0.01$ ;  $R^2_{aj} = 0.108$ ), explicando cerca de 11% da variabilidade do total de erros da 1ª entrevista. A variável idade apresenta um poder preditivo estatisticamente significativo ( $\beta=-0.315$ ;  $t(2) = - 3.642$ ;  $p < 0.05$ ).

**Tabela 6: Regressão linear considerando como VIs do total de erros da 1ª entrevista a Idade e Sentenças**

Variáveis	Coefficiente Não Estandarizado (B)	Erro Padrão	Coefficiente Estandarizado ( $\beta$ )	t	p
Idade	-.063	.017	-.315	- 3.642	.000
Sentenças	.156	.084	.160	1.848	.067

A regressão linear realizada para o total de erros na 2ª entrevista a partir da Idade e Sentenças (cumpridos os pressupostos de independência dos erros ( $d= 2.19$ ) e ausência de multicolinearidade das variáveis (VIF =1.00 e tolerância =1.00), evidenciou que a variável idade apresenta um poder preditivo estatisticamente significativo ( $\beta= -.241$ ;  $t(2) = - 2.701$ ;  $p < 0.05$ ). O modelo é aceitável ( $F(2) = 4.367$ ;  $p < 0.05$ ;  $R^2_{a} = .054$ ) e explica apenas 5.4% da variabilidade do número total de erros registados na 2ª entrevista.

**Tabela 7: Regressão linear considerando como VIs do total de erros da 2ª entrevista a Idade e Sentenças**

Variáveis	Coefficiente Não Estandarizado (B)	Erro Padrão	Coefficiente Estandarizado ( $\beta$ )	t	p
Idade	-.046	.017	-.241	-2.701	.008
Sentenças	.104	.083	.111	1.248	.214

A regressão linear sobre o total de confabulações na 1ª entrevista, a partir das variáveis Idade e Sentenças (cumpridos os pressupostos de independência dos erros ( $d= 1.58$ ) e ausência de multicolinearidade das variáveis (VIF =1.00 e tolerância =1.00), mostra que a variável idade continua a ser preditora significativa do número total de confabulações da 1ª entrevista ( $\beta= 0.386$ ;  $t(2) = 4.589$ ;  $p < 0.05$ ). O modelo é significativo e explica apenas 15.8% da variabilidade do total de confabulações na 1ª entrevista ( $F(2) = 12.19$ ;  $p < 0.05$ ;  $R^2_{a} = 0.158$ )

**Tabela 8: Regressão linear considerando como VIs do número total de confabulações da 1ª entrevista a Idade e Sentenças**

Variáveis	Coefficiente Estandarizado (B)	Não Erro Padrão	Coefficiente Estandarizado ( $\beta$ )	t	p
Idade	.104	.023	.386	4.589	.000
Sentenças	.191	.110	.146	1.740	.084

Por último, a regressão linear realizada para analisar o valor preditivo das variáveis Idade e Sentenças sobre o total de confabulações da 2ª entrevista, cumpridos os pressupostos de independência dos erros ( $d=1.71$ ) e ausência de multicolinearidade das variáveis ( $VIF=1.00$  e tolerância  $=1.00$ ), evidência que o modelo é significativo ( $F(2) = 9.838$ ;  $p < 0.05$ ;  $R^2_{aj} = 0.129$ ), explicando apenas 12,9% da variância da VD, com a variável Idade como a preditora do total de confabulações realizadas na 2ª entrevista. ( $\beta = 0.377$ ;  $t(2) = 4.408$ ;  $p < 0.05$ ).

**Tabela 9: Regressão linear considerando como VIs do número total de confabulações da 2ª entrevista a Idade e Sentenças**

Variáveis	Coefficiente Estandarizado (B)	Não Erro Padrão	Coefficiente Estandarizado ( $\beta$ )	t	p
Idade	.091	.021	.377	4.408	.000
Sentenças	.042	.101	.036	.417	.678

## V - Discussão

Seguindo a organização da apresentação dos resultados, também o capítulo da discussão foi organizado tendo por base as hipóteses.

H1: Considerando que o vocábulo “Conta-me” remete para o contexto da história/conto e do imaginário, espera-se que na condição “Conta-me” as crianças tenham menos informação exata, mais erros e mais confabulações que nas outras duas condições (“Diz-me; Fala-me”)

Os resultados obtidos não confirmam esta hipótese, pois, não se



registam diferenças estatisticamente significativas entre as três sentenças a nível do total de informação exata, de erros e de confabulações sobre o vídeo, nas duas entrevistas. Contudo, salienta-se o fato de a sentença “Conta-me” surgir como a mais indicada para se proceder ao questionamento das crianças e adolescentes, ao gerar mais informação exata sobre o vídeo, ainda que esta sentença gere também maior número de erros em ambas as entrevistas. Este resultado pode ser explicado pelo facto de a expressão “Conta-me” ser comum na população portuguesa, sendo regularmente utilizada para questionar as crianças e adolescentes sobre acontecimentos da sua vida, pelo que estas estão familiarizadas com a sentença. Contudo as crianças de 5/6 anos, na segunda entrevista, referem mais informação errada sobre o vídeo quando são questionadas com a sentença “Conta-me”. No grupo dos adolescentes a utilização da expressão “Conta-me” gera maior número de informação exata mas também maior número de confabulações nas duas entrevistas. Estes resultados sugerem que na globalidade a sentença “Conta-me” mostra-se adequada para questionar as crianças e adolescentes sobre acontecimentos visualizados, ainda que os psicólogos forenses devam ter especial atenção ao uso desta sentença quando questionam os adolescentes. Articulado os resultados da Anova (*one-way*) e os da regressão linear, pode-se assumir que a expressão “Conta-me” será a mais conveniente porque não há influência significativa de nenhuma das 3 sentenças na informação exata, nos erros e nas confabulações.

H2: Espera-se que as crianças mais velhas e os adolescentes tenham mais informação exata, menos erros e menos confabulações, independentemente das sentenças “Diz-me; Fala-me; Conta-me” do que as crianças mais novas.

Os resultados obtidos neste estudo apenas corroboram parcialmente esta hipótese. Verifica-se que à medida que a idade aumenta, tende a diminuir o número de erros e a aumentar o número de informação exata sobre o vídeo, o que pode ser explicado pela maturação das capacidades mnésicas, a capacidade em manter a atenção, compreender, codificar e armazenar informação, o uso de estratégias de recuperação da informação mais sofisticadas e as capacidades linguísticas (Saywitz, 2002). Deste modo a variável idade surge como preditora do total de informação exata (Malloy &

Quas, 2009; Quas, Goodman, Guetti, & Redlich, 2000), sendo melhor preditora do total de informação exata e total de confabulações sobre o conteúdo do vídeo.

Observou-se que as crianças mais novas com 4 e 5/6 anos tendem a fornecer relatos mais breves sobre o vídeo, dando menos informação exata e mais informação errada. Apresentam limitações linguísticas, como um vocabulário pobre e escassez de adjetivos e advérbios nos seus relatos o que acaba por condicionar a verbalização das memórias relativas ao vídeo visualizado (Lamb, 2008; Poole & Lamb, 1998; Saywitz, 2002).

Este resultado é concordante com as conclusões de autores como Lamb (2008), Malloy e Quas (2009), Odegard et al. (2010) e Poole e Lamb (1998). Contudo, os resultados obtidos no grupo dos adolescentes divergem do que seria expectável, uma vez que, não são os adolescentes (13/16 anos de idade) que fornecem mais informação exata sobre o vídeo, mas sim as crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos. O desempenho dos adolescentes sobre o vídeo (número de informação exata) só difere significativamente do desempenho das crianças de 4 anos que é inferior. Quanto ao número de erros, embora os adolescentes relatem menor número de erros em ambas as entrevistas, apenas para a primeira entrevista se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os adolescentes e as crianças mais novas da amostra (4 e 5/6 anos) com superioridade das últimas no número de informação errada sobre o vídeo. Na segunda entrevista não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os 5 grupos etários para a informação errada sobre o vídeo. Uma possível explicação para os resultados obtidos no grupo dos adolescentes poderá relacionar-se com o facto de estes considerarem a tarefa de evocação imediata e diferida do conteúdo do vídeo como demasiada fácil, por tratar-se de um vídeo simples de curta duração com conteúdo que poderá ser considerado pelos adolescentes como demasiado infantil. A desvalorização da tarefa pode ter levado os adolescentes a não se envolverem na atividade, conduzindo a resultados mais baixos que os esperados tendo em conta que os adolescentes possuem mais capacidades linguísticas e mnésicas (Poole & Lamb, 1998). Já a capacidade das crianças com idades compreendidas entre 10/12 anos para relatarem maior número de informação exata sobre o vídeo, pode ser fruto do maior à vontade que estas demonstraram na interação com o entrevistador

e por um maior envolvimento na tarefa de evocação imediata e diferida do conteúdo do vídeo, ao contrário do que se verificou nos adolescentes. Tal como destaca a literatura a maior predisposição das crianças para revelar informação sobre um acontecimento pode superar algumas limitações decorrentes da idade (Lamb et al., 2007; Odegard et al., 2010).

Contudo, autores como Lamb, Orbach, Hershkowitz, Esplin, Horowitz (2007) previnem que é de esperar que com o uso do protocolo de entrevista forense do NICHD, devido à intensificação do uso de questões abertas, se obtenha um incremento do número de informação recolhida junto das crianças mais novas, pelo que as diferenças registadas entre estas e as crianças mais velhas tendem a ser mais pequenas do que seria de esperar sem o uso deste protocolo.

É também no grupo dos adolescentes que se obtêm valores mais elevados ao nível das confabulações elaboradas sobre o conteúdo do vídeo. Verificaram-se diferenças significativas entre os adolescentes e as crianças de 4 e 5/6 anos, com os adolescentes a obterem mais confabulações em ambas as entrevistas. Estes resultados divergem do que seria expectável, pois, a literatura adverte para a necessidade de se ter especial cuidado na forma como são conduzidas as entrevistas com crianças mais novas, nomeadamente, na utilização de termos que possam favorecer a imaginação e levá-las a relatar informação que não estava presente no acontecimento que viveram ou presenciaram (Lamb, 2008; Magalhães & Ribeiro, 2007).

A tendência que os adolescentes evidenciaram para fazer confabulações sobre o conteúdo do vídeo pode relacionar-se com a perceção que estes desenvolveram sobre o seu papel no presente estudo. O facto de os adolescentes acreditarem que o seu desempenho deve ser superior ao das crianças mais novas que participaram no estudo, recordando mais pormenores sobre o vídeo, pode ter-se traduzido num maior número de interpretações (confabulações) sobre o vídeo por forma a transmitir ao entrevistador mais informação sobre o vídeo visualizado.

Portanto, tal como era esperável, os adolescentes apresentam maior capacidade para responder a questões abertas e maior facilidade em estruturarem as suas narrativas sem o auxílio do entrevistador, embora também evidenciem alguma reserva na interação com o entrevistador. Já as crianças mais novas apresentam maior dificuldade em estruturar as suas

narrativas, estão muito mais dependentes do questionamento do entrevistador para fornecerem informação (Faller, 2007; Fivush, 2002; Odegard et al., 2010; Quas et al., 2000). A dificuldade em estruturar a narrativa é, sobretudo, visível nas crianças de 4 anos, que apresentam menos capacidade em manter a atenção na tarefa, são imprecisas nas sequências temporais e têm maior dificuldade na interação com o entrevistador. A partir dos 6 anos, começam a apresentar mais facilidade em recuperar informação e transmiti-la sem o auxílio do entrevistador, e a partir dos 10 anos é notória a capacidade de narrarem livremente o acontecimento visualizado (Poole & Lamb, 1998; Saywitz, 2002)

As crianças com 4 anos de idade apresentam dificuldade em focar a atenção nas questões do entrevistador e em responder apenas ao que lhes é solicitado, podendo, no decorrer de uma entrevista, não responder diretamente ao que lhes é solicitado fornecendo informação que não se relaciona com a questão. (Lamb, 2008; Magalhães & Ribeiro, 2007)

## **VI - Conclusões**

A forma como as crianças têm sido percebidas pelo sistema judicial e pela comunidade em geral tem-se alterado ao longo dos últimos anos. Se, inicialmente, os estudos enfatizavam as vulnerabilidades das crianças para testemunhar sobre matérias relevantes para os tribunais, nos últimos anos as investigações trazem perspectivas mais otimistas das características das crianças com implicação para a capacidade de estas testemunharem de forma válida e precisa. A constatação de que desde tenra idade as crianças são capazes de relatar com precisão acontecimentos que experienciaram ou visualizaram e que com a idade os seus relatos se tornam mais complexos, temporalmente organizados, ricos em detalhes relevantes do ponto de vista forense, tem estimulado o desenvolvimento de protocolos de entrevista sensíveis às características desenvolvimentais das crianças e adolescentes.

Neste estudo procurou-se avaliar a influência das sentenças “Diz-me, Fala-me, Conta-me” na questão central de solicitação da narrativa livre da entrevista a nível da quantidade de informação exata, erros e confabulações, com o propósito de contribuir para uma melhor tradução do protocolo de entrevista forense do NICHD e analisar a influência da variável idade em cada uma das sentenças. Concluiu-se que a sentença “Conta-me” pode ser

considerada como a tradução mais adequada para a expressão “*Tell me*” na questão de solicitação da narrativa livre. Comprovou-se que as crianças mais velhas (10/12 anos) e os adolescentes (13/16 anos) relatam mais informação exata sobre o vídeo, quando comparadas com as crianças mais novas (4 e 5/6 anos), com menor número de informação errada, mas os adolescentes destacam-se em termos de confabulações sobre o vídeo referindo maior número de informação que não está presente no vídeo visionado e que resulta da interpretação dos factos visionados, facto que contrasta com o que a literatura científica prevê.

Na sua globalidade, os resultados obtidos neste estudo foram congruentes com as diversas investigações realizadas em matéria de condução de entrevistas com crianças e adolescentes, reforçando que as crianças mais novas, sobretudo, as de 4 anos de idade se mostram especialmente vulneráveis no contexto de entrevista, manifestando dificuldade em estruturar as suas narrativas sem o auxílio do entrevistador, com tendência para cometer maior número de erros no seu relato. Os adolescentes apresentam maior facilidade em estruturar as suas narrativas, respondendo melhor perante questões abertas, com maior capacidade para prestar atenção à tarefa e responder às questões específicas que lhe são colocadas. A variável demográfica idade surge como preditora do número de informação exata relatada sobre o acontecimento.

Estes resultados permitem tecer algumas considerações importantes para a prática forense, alertando para o fato de os psicólogos deverem ter especial atenção quando conduzem não só entrevistas com crianças de tenra idade, mas também quando conduzem entrevistas com adolescentes, dado que entre os adolescentes se verifica uma tendência para a confabulação, o que, na prática forense se pode traduzir em distorções do conteúdo dos acontecimentos com sérias implicações para as vítimas e para os agressores. Os entrevistadores devem ter especial atenção com questões que possam favorecer a tendência dos adolescentes para fazerem interpretações dos acontecimentos visionados e acrescentar informação inferida, que não estava presente. Quando conduzem entrevistas com crianças mais novas, como as de 4 e 5 anos, os entrevistadores devem estar particularmente atentos para a necessidade de estabelecimento da relação, pois, estas demonstram dificuldade em se sentirem seguras com um entrevistador que lhes é

estranho, o que dificulta a obtenção de informação. Em situações como as de abuso sexual, em que as crianças são chamadas a pronunciar-se sobre acontecimentos da sua vida com valência negativa e com implicações para si e para pessoas que lhe podem ser próximas o estabelecimento da relação com o entrevistador pode ser particularmente difícil e crucial para a condução da entrevista.

O nosso estudo apresenta algumas limitações, que se prendem com o vídeo selecionado, uma vez que, este pode ter influenciado o desempenho do grupo dos adolescentes. A constituição de faixas etárias, que permitiu a simplificação da recolha dos dados, limitou a comparação de crianças e adolescentes de todas as idades, o que dificulta a generalização dos resultados obtidos.

Consideramos que todo o trabalho de investigação não se encerra em si mesmo e por isso, este estudo poderá constituir-se como um ponto de partida para novos trabalhos de investigação centrados nas potencialidades / limitações do protocolo de entrevista forense do NICHD, para garantir a melhor adaptação do mesmo para a população portuguesa, bem como estudos que procurem averiguar com mais detalhe as potencialidades e limitações que os adolescentes apresentam em matéria de descrição de acontecimentos visualizados, nomeadamente, estudos que permitam perceber quais os fatores que levam os adolescentes a apresentar maior tendência para a confabulação do que as crianças mais novas e o tipo de questionamento que os pode predispor a tal.

### **Bibliografia**

- Alberto, I.M. (2006). Abuso sexual de crianças: o Psicólogo na encruzilhada da Ciência com a justiça. In A. C. Fonseca, M.R. Simões, M.C.T Simões, & M. S. Pinho (Coord.). *Psicologia Forense*. (pp. 437-470). Coimbra: Almedina
- Bain, S.A., & Baxter, J.S. (2000). Interrogative Suggestibility: The role of interviewer behavior. *Legal and criminological Psychology*, 5, 123-133
- Bruck, M., Ceci, S.J., & Hembrooke, H. (2002). The nature of children's true and false narratives and false narratives. *Developmental review*, 22, 520-554

- Carmo, R., Alberto, I., & Guerra, P. (2006). *O abuso sexual de menores: uma conversa entre o direito e a psicologia*. (2ªed.). Coimbra: Almedina
- Ceci, S.J., & Bruck, M. (1993). Child witnesses: Translating Research into Policy. *Social Policy Report*, 7 (3), 2-33
- Ceci, S.J., & Bruck, M. (1999). The Suggestibility of children's memory. *Annual Review of Psychology*, 50, 419-439
- Ceci, S. J., & Bruck, M. (2002). The nature of children's true and false narratives. *Developmental Review*, 22, 520-554
- Cyr, M. (2011). *NICHD Protocol: Cutting Edge Practice for investigative interviews with children*. Paper presented at the Child Advocacy Centres Knowledge Exchange, Ottawa. Accessed in: [http://cae-cae.ca/wp.../Cyr\\_NICHD-protocol\\_investig-interv-children\\_ENGL.pdf](http://cae-cae.ca/wp.../Cyr_NICHD-protocol_investig-interv-children_ENGL.pdf).
- Duarte, J.C., & Arboleda, M.R.C. (2002). Evaluación pericial de los abusos sexuales en la infancia. In M.L. Fernández (Coord.). *Abusos sexuales en la infancia: adordaje psicológico y jurídico*. (pp.85-108). Madrid: Biblioteca Nueva.
- Faller, K.C. (2007). *Interviewing children about sexual abuse. Controversies and best practice*. New York: Oxford University Press
- Fivush, R. (2002).The development of autobiographical memory. In H.L Westcott, G.M Davies, & R.H Bull (Eds.) *Children`s testimony: a handbook of psychological research and forensic practice*. (pp.56-67). Chichester: John Wiley & Sons.
- Fivush, R., Haden, C., & Adam, S. (1995). Structure and coherence of preschooler's personal narratives over time: implications for childhood amnesia. *Journal of experimental child psychology*, 60, 32-56.
- Fivush, R., Peterson, C., & Schwarzmuller, A. (2002). Questions and answers: The credibility of child witnesses in the context of specific questioning techniques. In M.L Eisen, J.A Quas, & G.S Goodman (Eds.). *Memory and suggestibility in the forensic interview* (pp.331-351). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Furniss, T.(1991). *The multi-professional handbook of child sexual abuse: Integrated management Therapy and legal intervention*. Londres: Routledge.

- Goodman, G.S. (1993). Understanding and improving children`s testimony. *Children today*, 22(1), 13-15.
- Goodman, G. S., & Clarke-Stewart, A. (1999). Suggestibility in children`s testimony: implications for sexual abuse investigations. In Doris (Ed.). *The suggestibility of children`s recollections: implications for eyewitness Testimony*. (pp. 92-117).Washington, DC: American Psychological
- Hardy, C.L, & Van Leeuwen, S.A. (2004). Interviewing young children: effects of probe structures and focus of rapport- building talk on the qualities of young children`s eyewitness statements. *Canadian Journal of Behavioral Science*, 36(2), 155-165.
- Hershkowitz, I., Fisher, S., Lamb, M.E., & Horowitz, D. (2007). Improving credibility assessment in child sexual abuse allegations: The role of the NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31, 99-110.
- Hewitt, S.K. (1999). *Assessing allegations of sexual abuse in preschool children: Understanding small voices*. London: Sage Publications, Inc.
- Howitt, D. (2006). *Introduction to forensic and criminal psychology*. (2<sup>o</sup>ed.). New York, Harlow: Pearson Longman.
- Kask, K., & Bull, R. (2009). From person descriptions to interviewing methods: What can be done to improve child witnesses testimonies? *Trames*, 13(63/58), 2, 95-108
- Kassin, S. M., Drizin, S.A., Grisso, T., Gudjonsson, G. H., Leo, R.A., & Redlich, A.D. (2010). Police – induced confessions: Risk factors and recommendations. *Law and Human Behavior*, 34 (3), 3-33
- Lamb, M.E. (2008). *Tell me what happened: structure investigative interviews of child victims and witnesses*. England: Wiley –Blackell
- Lamb, M.E., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Esplin, P.W., & Horowitz, D. (2007). Structured forensic interview protocols improve the quality and informativeness of investigative interviews with children: A review of research using NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31(11-12), 1201-1231.
- Lamb, M. E., Orbach, Y., Sternberg, K. J., Hershkowitz, I., & Horowitz, D. (2000). Accuracy of Investigator`s Verbatim notes of their forensic



- interviews with alleged child abuse victims. *Law and Human Behavior*, 24(6), 699-708.
- Lamb, M.E., Sternberg, K.J., & Esplin, P.W. (1998). Conducting investigative interviews of alleged sexual abuse victims. *Child Abuse & Neglect*, 22(8), 813-823
- London, K., Bruck, M., Ceci, S. J., & Shuman, D. W. (2005). Disclosure of child Sexual abuse. *Psychology, Public, Policy and Law*. 11(1),194-226
- Magalhães, T., & Ribeiro, C. (2007). A colheita de informação a vítimas de crimes sexuais. *Acta Med Port*, 20,439-445
- Malloy, L. C., & Quas.J.A. (2009). Children's suggestibility. Areas of consensus and controversy. In K. Kuehnle, & M. Connell. (Eds.) *The evaluation of child sexual abuse allegations. A comprehensive guide to assessment and testimony*. (pp.267-297). New Jersey: John Wiley & Sons Inc
- Maroco, J. (2003). *Estatística aplicada às ciências sociais e humanas*. Lisboa: Climepsi Editores
- Memon, A., Vrij, A., & Bull, R. (2003). *Psychology and Law: truthfulness', accuracy and credibility*. Chichester: John Wiley & Sons
- Merckelbach, H., Muris, P., Wessel, I., & Koppen, D.J.V.(2000). The Gudjonsson suggestibility scale (GSS): Further data on its reliability, validity and metacognition correlates. *Social behavioral and personality*, 26(2), 203-210
- Oates, R. K. (2007). Problems and prejudices for the sexually abused child. *Australian Law Journal*, 81,313-321
- Odegard, T.N, Cooper, C.M., Holliday, R.E., & Ceci, S.J. (2010). Interviewing child victims: advances in the scientific understanding of child eyewitness memory. In J. M. Lampinen, & K.Sexton – Radek (Eds.). *Protecting children from violence: evidence – based interventions*.(pp. 104-122). New York: Psychology Press
- Orbach,Y., Hershkowitz,I., Lamb, M.E., Sternberg, K., Esplin, P., & Horowitz, D. (2000). Assessing the value of structured protocols for forensic interviews of alleged child abuse victims. *Child Abuse & Neglect*, 24(6), 733-752

- Ornstein, P. A., & Haden, C.A. (2002).The development of memory: Toward an understanding of children's testimony. In M.L Eisen, J.A Quas, & G.S Goodman (Eds.).*Memory and suggestibility in the forensic interview* (pp.29-57). London: Lawrence Erlbaum Associates
- Poole, D. A., & Lamb, M. E. (1998). *Investigative Interviews of children. A guide for helping professionals*. Washington, DC: American Psychological Association
- Poole, D.A., & Lindsay, S. (1995). Interviewing Preschoolers: effects of Non suggestive techniques, parental coaching and leading questions on report of non experienced events. *Journal of experimental child psychology*,60, 129-154
- Poole, D.A & Lindsay, S. (2002). Children's Suggestibility in the forensic context. In M.L Eisen, J.A Quas, & G.S Goodman (Eds.). *Memory and suggestibility in the forensic interview* (pp.355-380). London: Lawrence Erlbaum Associates
- Powell M.B., & Thomson,D.M.(1997).Contrasting memory for temporal – source and memory for content in children's discrimination of repeated events. *Applied Cognitive Psychology*, 11,339-360
- Quas, J.A., Goodman, G. S., Guetti, S., & Redlich, A. D. (2000). Questioning the child Witness. What can we conclude from the research thus far? *Trauma, Violence & Abuse*,1(3),223-249
- Saywitz, K. J. (2002). Developmental underpinnings of children's testimony. In H.L Westcott, G.H Davies, & R.H Bull (Eds.). *Children's testimony: a handbook of psychological research and forensic practice* (pp.4-17).Chichester: John Wiley & Sons
- Saywitz, K. J., & Lyon,T.D.(2002). Coming to grips with children's suggestibility. In M. L. Eisen, J. A. Quas, & G. S. Goodman (Eds.). *Memory and suggestibility in the forensic interview* (pp.85-107). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Sternberg, K.J, Esplin, P.W., Orbach, Y., & Hershkowitz,.I. (2002). Using a structured interview protocol to improve the quality of investigative interviews. In M. L. Eisen, J. A. Quas, & G. S. Goodman (Eds.). *Memory and suggestibility in the forensic interview* (pp.409-434). London: Lawrence Erlbaum Associates.

- Wilson, C., & Powell, M. (2001). *A guide to interviewing children*. Canberra: Allen & Unwin
- Zajac, R. (2009). Investigative Interviewing in the Courtroom: child witnesses under cross-examination. In R. H. C. Bull, T. Valentine, & T. Williamsor (Eds). *Handbook of psychology of Investigative interviewing: current developments and future directions* (pp.161-180). Chichester: John Wiley & Sons

## **Anexos**

**Anexo 1**

(Carta explicativa da investigação em curso)

## **ESTUDOS de VALIDAÇÃO da ENTREVISTA do PROTOCOLO do NICHD para a POPULAÇÃO PORTUGUESA**

A presente investigação é realizada no âmbito da tese de Mestrado Integrado em Psicologia Forense, tendo por **objectivo** o estudo da influência do questionamento nos relatos de acontecimentos em crianças e adolescentes dos 4 aos 16 anos.

A colaboração de todos os participantes é **VOLUNTÁRIA**, e será absolutamente garantido o **ANONIMATO** e a **CONFIDENCIALIDADE** dos resultados obtidos. Os resultados serão inseridos em bases de dados para tratamento estatístico dos dados globais, que serão utilizados para fins estatísticos no quadro de estudo em curso. Para captar de forma integral e rigorosa o relato das crianças e adolescentes será utilizada uma gravação áudio com o fim único de obter uma descrição exacta da entrevista realizada.

A participação do seu educando nesta investigação contribuirá para aprofundar os mecanismos de evocação e relato de acontecimentos por crianças e adolescentes.

A equipa deste projecto está imensamente grata pela sua disponibilidade e colaboração. Poderá contactar connosco para mais esclarecimentos

Nome: Liliana Barros ([lylyanafernandes@hotmail.com](mailto:lylyanafernandes@hotmail.com); 912612850)

Marina Silva ([marina\\_maravilha@hotmail.com](mailto:marina_maravilha@hotmail.com); 967065671)

Rita Dias ([rita\\_dias00@hotmail.com](mailto:rita_dias00@hotmail.com); 916969835)

Responsável pelo projecto:

Nome: Isabel Alberto (Prof. Auxiliar FPCE-UC)

E-mail: [isamaria@fpce.uc.pt](mailto:isamaria@fpce.uc.pt)

**Anexo 2**

(Declaração de consentimento informado)

## AUTORIZAÇÃO

Eu,

\_\_\_\_\_

declaro ter sido informado da natureza e dos procedimentos da presente investigação, bem como das garantias de anonimato e confidencialidade que me foram dadas acerca da investigação em que o meu educando irá participar. Assim, autorizo que o meu/minha filho(a) a participar no projecto que me foi apresentado.

Coimbra, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 20\_\_

\_\_\_\_\_

(Assinatura)



### **Anexo 3**

(Questionário Sócio- demográfico)



**MI PSICOLOGIA**

**FPCE-UC**

**2011/2012**

## **Questionário demográfico**

**Código:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Local de recolha dos dados:**

---

**Sexo:** FEM \_\_\_\_ MASC \_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_ Anos

**Nível de escolaridade** \_\_\_\_\_

**Pai**

**Mãe**

Profissão: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Nível escolaridade \_\_\_\_\_ Nível escolaridade \_\_\_\_\_



## **Anexo 5**

(Lista de Questões Fechadas)

### ENTREVISTA (Parte II)

QUESTÃO	RESPOSTA
1. <i>A menina estava a comer chocolate?</i>	
2. A mulher tinha um ou dois filhos?	
3. A carteira da mulher caiu no chão?	
4. A mulher chamava-se Ana Silva?	
5. <i>A mulher deu um beijo à menina antes de se ir embora?</i>	
6. O irmão da menina estava a ver o que aconteceu ou não?	
7. A mulher deu uma palmada na menina, ou não?	
8. A menina e a mulher deram um abraço uma à outra?	
9. <i>A menina disse adeus à mulher?</i>	
10. O pai da menina estava em casa?	
11. A mulher tinha o cabelo pintado de cor de laranja?	
12. A menina estava a ver televisão?	
13. <i>O vestido da mulher tinha um fecho?</i>	
14. A menina queria ir para a rua com a tia?	
15. O cachorro da mulher estava a ladrar no corredor?	
16. A mulher tinha acabado de tomar banho?	
17. <i>A menina apertou o fecho da mulher no corredor?</i>	
18. O pai da menina pô-la de castigo?	
19. O casaco da mulher também ficou sujo de chocolate?	
20. A mulher ficou muito zangada com a menina quando viu que tinha o vestido sujo?	